

# **ONM Health S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro 2021 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>1</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto</b>	<b>8</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>9</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da  
ONM Health S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da ONM Health S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONM Health S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 25 de fevereiro de 2022

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Danilo Namura Lombardoso  
Contador  
CRC nº 1 SP 278829/O-3

ONM HEALTH S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.639	3.060	Fornecedores	10	4.917	4.445
Aplicações financeiras	4	-	6.338	Fornecedores - Confirming	10	6.456	5.081
Contas a receber	5	9.616	9.306	Empréstimos e financiamentos	13	2.547	21.462
Impostos a recuperar	6	1.601	3.979	Debêntures	14	5.188	-
Estoques		-	10	Arrendamentos	9	231	217
Ativo financeiro	7	36.259	33.756	Obrigações trabalhistas		1.676	917
Outros ativos		396	422	Impostos e contribuições a recolher	11	1.140	1.425
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>54.510</b>	<b>56.871</b>	Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	252	-
				Dividendos propostos	16	26.454	-
				Outros passivos		93	211
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>48.953</b>	<b>33.757</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras.	4	676	759	Empréstimos e financiamentos.	13	71.792	90.446
Impostos a recuperar.	6	14.200	15.097	Debêntures.	14	51.921	-
Outros ativos.		457	109	Arrendamentos.	9	25	241
Ativo financeiro.	7	223.583	216.622	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	34.455	27.319
Imobilizado	8	3.086	3.307	Pis, Cofins e Iss Diferidos.	11	37.307	35.939
Direito de uso	9	485	716	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	620	713
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>242.486</b>	<b>236.611</b>	Outros passivos.		-	157
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>196.119</b>	<b>154.815</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	16	31.700	31.700
				Reserva legal		4.982	3.643
				Reserva de lucros		15.243	69.568
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>51.925</b>	<b>104.911</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>296.997</b>	<b>293.483</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>296.997</b>	<b>293.483</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## ONM HEALTH S.A.

### Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida dos serviços prestados	18	113.010	99.476
Custo de serviço prestado	19	<u>(51.841)</u>	<u>(50.815)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>61.168</b>	<b>48.661</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	19	(13.516)	(8.893)
Outras despesas (receitas) operacionais	20	<u>660</u>	<u>(31.949)</u>
		<b>(12.857)</b>	<b>(40.842)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>48.312</b>	<b>7.819</b>
Receita financeira	21	479	888
Despesa financeira	21	<u>(10.657)</u>	<u>(8.577)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<b>(10.178)</b>	<b>(7.689)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>38.133</b>	<b>130</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Corrente	22	(4.213)	-
Diferido	22	<u>(7.136)</u>	<u>(1.440)</u>
		<b>(11.349)</b>	<b>(1.440)</b>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		<b>26.784</b>	<b>(1.310)</b>
Resultado básico e diluído por ação	17	0,84	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ONM HEALTH S.A.  
CNPJ: 30.914.898/0001-74

Demonstração do Resultado Abrangente  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	<u>26.784</u>	<u>(1.310)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>26.784</u></b>	<b><u>(1.310)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Reserva de Lucros			Total Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros		Lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado</b>		<b>20.000</b>	<b>3.643</b>	<b>85.427</b>	<b>5.538</b>	<b>114.608</b>
Aumento de capital		11.700	-	-	-	11.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.310)	(1.310)
Cancelamento de dividendos declarados anteriormente		-	-	4.213	-	4.213
Distribuição de dividendos		-	-	(24.300)	-	(24.300)
Absorção de prejuízos		-	-	4.228	(4.228)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>31.700</b>	<b>3.643</b>	<b>69.568</b>	<b>-</b>	<b>104.911</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>31.700</b>	<b>3.643</b>	<b>69.568</b>	<b>-</b>	<b>104.911</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.784	26.784
Distribuição de dividendos	16	-	-	(69.350)	-	(69.350)
Juros sobre capital próprio	16	-	-	(5.118)	-	(5.118)
Cancelamento de dividendos declarados anteriormente	16	-	-	1.059	-	1.059
Constituição de reserva legal		-	1.339	-	(1.339)	-
Constituição de retenção de lucros		-	-	25.445	(25.445)	-
Constituição dividendos mínimo obrigatório		-	-	(6.361)	-	(6.361)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>31.700</b>	<b>4.982</b>	<b>15.243</b>	<b>-</b>	<b>51.925</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## ONM HEALTH S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		38.133	130
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Bônus de adimplência	13	(162)	(197)
Depreciação e amortização	19	589	236
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	13 e 14	9.607	8.121
Provisões para riscos trabalhistas	15	(93)	(361)
Constituição de provisão a valor recuperável de ativo		-	4.093
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	7	(39.577)	(33.262)
<b>Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro</b>		<b>8.497</b>	<b>(21.240)</b>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(309)	(622)
Impostos a recuperar		3.276	(1.130)
Estoques		10	341
Ativo financeiro da concessão	7	35.289	33.259
Fornecedores e prestadores de serviços	10	471	(2.458)
Obrigações trabalhistas		759	9
Impostos a recolher		1.083	(1.522)
Outras ativos e passivos		(597)	(299)
<b>Caixa gerado aplicado nas operações</b>		<b>48.478</b>	<b>6.338</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.961)	(1.397)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	13 e 14	(8.716)	(5.292)
<b>Caixa líquido gerado (consumindo) pelas atividades operacionais</b>		<b>35.800</b>	<b>(351)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(136)	(2.411)
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(5.176)	(1.987)
Aplicações financeiras		6.421	444
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>		<b>1.109</b>	<b>(3.954)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Fornecedores e prestadores de serviços - Confirming	10	1.375	5.081
Ingresso de debêntures	14	60.000	-
Custo transação debêntures	14	(2.891)	-
Ingresso de empréstimos e financiamentos	13	75.000	17.600
Custo transação Empréstimos	13	(2.197)	-
Pagamento de financiamento e arrendamentos	13	(111.302)	(14.283)
Juros sobre capital próprio pagos		(5.118)	-
Distribuição de dividendos pagos		(48.198)	(24.300)
Aumento de Capital		-	11.700
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		<b>(33.331)</b>	<b>(4.202)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.579</b>	<b>(8.507)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício		3.060	11.567
Caixa e equivalentes no final do exercício		6.639	3.060
<b>Variação do caixa e equivalentes</b>		<b>3.579</b>	<b>(8.507)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
**(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ONM Health S.A.(Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à rua Dona Luiza, nº 311, no bairro Milionários, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada.

A Andrade Gutierrez Engenharia S.A. realizou a venda de sua participação na Companhia (50,1% das ações da ONM Health S.A.) para a empresa OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., em 10 de fevereiro de 2020 e foi registrada por meio do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a transferência do controle societário da Companhia, o qual teve o contrato de compra e venda assinado em 20 de fevereiro de 2020, data a partir da qual a participação foi transferida.

Em 15 de abril de 2020 a Companhia teve sua denominação social alterada para ONM Health S.A. (anteriormente Novo Metropolitano S.A.) e passou a atuar sob o nome fantasia “ONM Health”, na mesma data a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. promoveu a compra das participações acionárias da Companhia detidas pelas empresas Vivante S.A. e Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Desta forma a ONM Health S.A. tornou-se subsidiária integral da empresa OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

### Contrato de Concessão

A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços.

Desde sua assinatura até a presente data, uma série de ajustes foram efetuados no contrato de concessão através de aditivos. No dia 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa com a Secretaria Municipal de Saúde. O Termo trata da transferência do controle societário realizado pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (detentora de 50,1% das ações da ONM Health S.A.) para a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Em 15 de junho de 2020, a Companhia assinou o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa com a Secretaria Municipal de Saúde. O Termo foi estabelecido devido a classificação da doença causada pelo novo Coronavírus - 2019 (COVID-19) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e demais órgãos competentes, como uma pandemia. Foram acordados entre as partes a contratação de serviços adicionais e extraordinários para a operacionalização de 147 novos leitos para atendimento aos pacientes da pandemia.

Em 27 de Outubro de 2020 a Companhia assinou o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão cujo escopo refere-se à prorrogação por mais 108 (cento e oito dias) iniciados a partir de 12 de setembro de 2020, da ampliação temporária e emergencial (em decorrência da COVID-19) da prestação dos Serviços Adicionais e Extraordinários na forma estabelecida do referido Aditivo.

Em 29 de Dezembro de 2020 a Companhia assinou o Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão cujo escopo refere-se à prorrogação da vigência do Décimo Primeiro Termo Aditivo até a data de 1º de Abril de 2021 e alteração da Cláusula relativa a Mensuração de Desempenho não gerando impacto no valor que o Poder Concedente pagará à Companhia pelas despesas incorridas objeto do referido Termo Aditivo e Taxa de Ocupação, sendo esta, permanecendo inalterada a adoção do percentual de 87,98% (oitenta e sete vírgula noventa e oito por cento) de taxa de ocupação para fins de cálculo da Contraprestação Pública até o mês de Abril de 2021.

Em 13 de Maio de 2021 a Companhia assinou o Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão cujo escopo refere-se à prorrogação da vigência do Décimo Segundo Termo Aditivo pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir de 1º de Abril de 2021, para estabelecer possíveis ampliações e alterações de tipologias de leitos, de forma temporária e emergencial, em decorrência da pandemia COVID-19, com quantitativos máximos físicos e financeiros referente a prestação de serviços adicionais previstos no Anexo 5 do Contrato de Concessão, estabelecer valores máximos dos serviços extraordinários e por fim, alterar a redação dos itens 2.1, 2.1.1, Tabela 02 e Tabela 04 da Cláusula Segunda do Décimo Segundo Termo Aditivo.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O Aditivo refere-se a prorrogação do Décimo Terceiro Termo Aditivo pelo prazo de três meses a contar a partir de 1º de outubro de 2021.

## **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

### **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, no momento em que tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

### **2.4 Uso de julgamento e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

#### **2.4.1 Avaliação dos instrumentos financeiros**

A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

#### **2.4.2 Provisões**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 15

#### **2.4.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

#### **2.4.4 Perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

### **2.5 Principais políticas contábeis**

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **2.5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### 2.5.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do HMDCC.

### 2.5.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

### 2.5.4 Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e seus respectivos valores realizáveis líquidos. Os estoques estão compostos basicamente por materiais destinados à aplicação na operação do Hospital.

### 2.5.5 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como ativo financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

### 2.5.6 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, nota explicativa 8.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

### 2.5.7 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

### 2.5.8 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias.

### 2.5.9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os Empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

### 2.5.10 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

### 2.5.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

#### Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os montantes dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

#### *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

### 2.5.12 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

#### *Receitas de operação*

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

#### *Receitas de remuneração do ativo financeiro*

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

#### *Receitas de construção*

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis e equipamentos do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada período.

#### *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamentos e operações de *Confirming* da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### 2.5.13 Instrumentos financeiros

#### *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### *Classificação e mensuração subsequente*

##### (a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

##### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.5.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

#### 2.5.15 Arrendamentos e direito de uso

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

### 2.6 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Uma serie de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2022. A Companhia avaliou e ainda não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porque entente que não haverá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração da norma IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado;
- Alteração da norma IAS 37 (CPC 25) – Contrato oneroso;
- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro 2023; e
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis vigência a partir de 01 de janeiro 2023

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	-	2
Bancos	1.206	243
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	<u>5.433</u>	<u>2.815</u>
	<u><b>6.639</b></u>	<u><b>3.060</b></u>

(a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

#### 4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O valor de R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 759 em 31 de dezembro de 2020) mantido no ativo não circulante atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia ao banco Santander, relativo a parcela de *cash colateral* ligada a contratação das cartas fiança junto a Instituição financeira.

#### 5 CONTAS A RECEBER

Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contraprestação pública	9.499	9.143
Receitas acessórias	115	4.093
Outros	2	163
	<u>9.616</u>	<u>13.399</u>
Provisão de ajuste a valor recuperável	-	(4.093)
	<u>9.616</u>	<u>9.306</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

Conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, os saldos de contas a receber referente ao fornecimento de refeições no valor de R\$ 4.093 em 31 de dezembro de 2020 estavam em discussão via Câmara de Arbitragem. Entretanto, em 19 de março de 2021 foi emitida a sentença arbitral por parte da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial do Brasil, que concluiu como improcedente o pedido da Companhia quanto a obrigatoriedade do Poder Concedente de arcar com os custos relativos ao fornecimento de refeições ao seu pessoal no refeitório do Hospital. Neste processo foi aventado pelos Árbitros, a possibilidade do referido item ser discutido no processo de Reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Mesmo que a Companhia tenha solicitado recurso para esclarecimentos, foi feita a baixa do recebível e sua respectiva provisão no montante R\$ 4.093 com o objetivo de demonstrar a melhor estimativa de recuperabilidade do contas a receber da Companhia.

Os advogados da Companhia entraram com recurso solicitando esclarecimentos adicionais sobre tópicos não abordados na sentença. A Companhia tomou ciência da perda do processo Arbitral e reconheceu contabilmente a baixa da Provisão de ajuste a valor recuperável.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Valores a vencer	9.114	8.662
Vencidos		
De 1 a 180 dias	-	116
De 181 a 360 dias	-	425
Acima de 360 dias	501	4.196
	<b>9.616</b>	<b>13.399</b>

## 6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PIS/COFINS (a)	14.691	15.715
IRPJ/CSLL (b)	169	3.272
Outros	940	90
	<b>15.801</b>	<b>19.077</b>
Circulante	1.601	3.979
Não circulante	14.200	15.097

- (a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.
- (b) Referem-se aos pagamentos de IRPJ/CSLL calculados com base no balanço de suspensão e redução e IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

## 7 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto aos poderes concedentes, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health). O contrato de concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro.

Em 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo definindo a data para a revisão da composição do equilíbrio econômico-financeiro para abril de 2025, tendo até doze meses como prazo para a finalização das revisões.

As movimentações do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>248.058</b>
Adições	2.317
Recebimento	(33.259)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	33.262
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>250.378</b>
Circulante	33.756
Não circulante	216.622
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>250.378</b>
Adições	5.176
Recebimento	(35.289)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	39.577
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>259.842</b>
Circulante	36.259
Não circulante	223.583

- (a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do exercício. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 10,75% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

## 8 IMOBILIZADO

Imobilizado	taxa anual de depreciação	31/12/2020	Adições	31/12/2021
<b>Custo</b>				
Instalações		-	23	23
Computadores e periféricos	20%	165	56	221
Mobiliário	10%	205	-	205
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.099	56	3.155
		<b>3.469</b>	<b>136</b>	<b>3.605</b>
<b>Depreciação</b>				
Instalações		-	(2)	(2)
Computadores e periféricos		(63)	(28)	(91)
Mobiliário		(81)	(21)	(102)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(18)	(306)	(324)
		<b>(162)</b>	<b>(357)</b>	<b>(519)</b>
Imobilizado líquido		<b>3.307</b>	<b>(221)</b>	<b>3.086</b>

- (a) Visando assumir a operação das Farmácias Satélites do Hospital, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo, a Companhia adquiriu em 2020 sistema de dispensação automática de medicamentos e materiais através de Dispensários Eletrônicos, não previstos originalmente no Contrato de Concessão, e não essenciais para a operação. Por isto, a Administração entende que tais valores são considerados como ativo imobilizado e não serão revertidos ao final da concessão.

## 9 DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

A movimentação dos saldos de direito de uso e financiamentos com arrendamentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada nos quadros abaixo:

Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Amortizações	Juros	Pagamentos		31/12/2021
					Principal	Juros	
<b>Direito de uso / arrendamentos</b>							
Equipamentos hospitalares com arrendamento	403	-	(191)	-	-	-	212
Software	313	-	(40)	-	-	-	273
	<b>716</b>	<b>-</b>	<b>(231)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>485</b>
<b>Arrendamentos</b>							
Equipamentos hospitalares	457	-	-	33	(201)	(33)	256
	<b>457</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>(201)</b>	<b>(33)</b>	<b>256</b>
						<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>
Circulante						216	231
Não circulante						241	25

## 10 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecedores - confirming (a)	6.456	5.081
Fornecedores – terceiros	4.917	4.445
	<b>11.372</b>	<b>9.526</b>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 25.

- (a) Operação junto a instituições financeiras que consiste na antecipação de recurso aos fornecedores operacionais, permitindo o aumento do prazo médio de pagamento da Companhia. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias), entretanto, é possível que a Companhia possa assumir o custo financeiro de poucas operações por questões estratégicas de negociação e relacionamento junto ao fornecedor.

## 11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS a recolher	124	169
COFINS a recolher	194	135
ISS a recolher	161	171
PIS diferido	4.337	4.178
COFINS diferido	19.978	19.243
ISS diferido	12.992	12.519
Outros impostos	661	949
	<b>38.447</b>	<b>37.364</b>
Circulante	1.140	1.425
Não circulante	37.307	35.939

A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

## 12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ a recolher	97	-
CSLL a recolher	156	-
	<b>252</b>	<b>-</b>

## 13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com financiamentos, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é demonstrada a seguir. Todos os financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 25, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
						31/12/2021	31/12/2020
BDMG	Financiamento com garantia (a)	25/07/2013	01/12/2021	IPCA + 6%	18.000	-	4.341
BDMG	Financiamento com garantia (a)	24/07/2014	15/08/2022	TJLP	10.000	-	2.891
BDMG	Financiamento com garantia (a)	23/09/2014	15/10/2026	TJLP + 3,21%	51.975	-	38.182
BDMG	Financiamento com garantia (a)	27/03/2020	15/04/2023	SELIC + 2,68%	17.600	-	17.772
BDMG	Financiamento com garantia (a)	20/08/2021	25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	73.812	-
BNDES	Financiamento com garantia (a)	23/09/2014	15/10/2026	TJLP + 2,71%	51.975	-	37.846
BNDES	Financiamento com garantia (a)	26/05/2015	15/10/2024	6%	20.894	-	10.162
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	05/09/2019	10/09/2024	5,67%	237	126	183
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	16/10/2019	10/10/2024	5,54%	707	401	531
					<b>246.388</b>	<b>74.339</b>	<b>111.908</b>
Circulante						2.547	21.462
Não							
Circulante						71.792	90.446

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém aplicação no valor de R\$ 676 (R\$ 759 em 31 de dezembro de 2020) referente cash colateral ligado à contratação de Cartas Fiança no Santander a título de garantia para seus financiamentos.
- (b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida.

### 13.1 Remodelagem da Estrutura de Financiamentos e Perfil de Dívida

Em sintonia com o planejamento estratégico e financeiro da Companhia, em 2021 foi concluído o processo de remodelagem das principais linhas de financiamento captadas entre os anos de 2013 e 2020. O processo de remodelagem consistiu em uma profunda análise do cenário macro econômico e das oportunidades encontradas no mercado para otimizar e dar eficiência para a estrutura financeira da Companhia e maior compatibilização com a curva de reajuste do Contrato de Concessão.

#### 13.1.1 Financiamentos Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

Com o desígnio de reestruturar o passivo vigente junto ao BDMG, em 20 de agosto de 2021 a Companhia iniciou o processo de captação para liquidação antecipada do total da dívida junto ao Banco. A nova captação foi emitida em 20 de agosto de 2021, com data de vencimento em 25 de agosto de 2031. O Montante total captado foi de R\$ 75.000, com custo de SELIC + 4,74% a.a., com carência de 12 meses de principal.

Em consonância com o cronograma de refinanciamento do passivo junto ao BDMG, em 15 de outubro de 2021 ocorreu liquidação antecipada do financiamento, referente aos seguintes contratos:

- Contrato nº 14.2.0690.1 celebrado em 23 de setembro de 2014 e seus aditivos nº 1 e nº 2 celebrados em 20 de fevereiro de 2020 e 16 de julho de 2020;
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avenças nº 14.2.0690.3 celebrado em 26 de maio de 2015;
- Contrato de penhor de ações nº 14.2.0690.4 celebrado em 26 de maio de 2015 e seu aditivo nº 1 celebrado em 19 de março de 2020.

A liquidação foi concluída em 15 de outubro de 2021. À vista disso, todos os contratos, anteriormente vinculados ao BDMG, foram liquidados e substituídos por um novo Contrato de Financiamento nº 330.783/21 conforme exemplificado no quadro de movimentação dos financiamentos.

#### 13.1.2 Financiamentos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

De acordo com o plano de remodelagem dos financiamentos, a Companhia estabeleceu por estratégia a emissão de debêntures na modalidade certificado de recebível imobiliário (CRI) com o objetivo de liquidação dos passivos junto ao BNDES.

Nesse sentido, conforme destacado na Nota Explicativa nº 14, em 20 de agosto de 2021 a companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirográfica, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557% a.a. e carência de 12 meses do principal.

Em contrapartida a essa captação, em 10 de setembro de 2021 houve a liquidação antecipada de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente aos seguintes contratos:

- Contrato nº 14.2.0690.1 celebrado em 23 de setembro de 2014 e seus aditivos nº 1 e nº 2 celebrados em 20 de fevereiro de 2020 e 16 de julho de 2020;
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avenças nº 14.2.0690.3 celebrado em 26 de maio de 2015;
- Contrato de penhor de ações nº 14.2.0690.4 celebrado em 26 de maio de 2015 e seu aditivo nº 1 celebrado em 19 de março de 2020.

Assim sendo, todos os contratos junto ao BNDES foram liquidados.

### 13.1.2 Covenants

Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação) contêm cláusulas de *covenants* financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possui obrigações atendidas relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*), com destaque para:

#### 13.1.2.1 Manter, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1

A Companhia assumiu nos contratos com o BDMG e nos instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (CRI), a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a Companhia terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou o índice – ICSD de 0,4416 (0,4253 em 31 de dezembro de 2020).

ICSD deverá ser calculado como a razão entre (A) a Geração Operacional de Caixa (Fluxo de Caixa Operacional, advindo das atividades operacionais, considerando o somatório dos Recebimentos de Contraprestação Pública, inclusos os recebimentos referentes ao ativo financeiro, e de outras Receitas Operacionais, já líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, inclusive os tributos e impostos sobre as receitas); e (B) o Serviço da Dívida (amortização de principal e pagamento de juros decorrentes dos passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no referido período), sendo  $ICSD = A / B$ . Para fins desta Cláusula, o cálculo do ICSD deve observar a seguinte metodologia:

O ICSD em um determinado Período de Referência é calculado a partir da divisão da Geração Operacional de Caixa pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas auditadas da Emissora, a saber onde:

#### A) Geração Operacional de Caixa:

(+) Recebimentos de contraprestação pública, inclusos os recebimentos referentes ao ativo financeiro, e de outras receitas operacionais, já deduzidos de qualquer compartilhamento com o poder concedente;

(-) custos e despesas operacionais e administrativos, inclusive os tributos e impostos sobre as receitas;

#### B) Serviço da Dívida:

(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de amortização (com efeito caixa) de principal.

(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de juros (com efeito caixa);

#### C) ICSD é igual a (A) / (B)

O cálculo do ICSD para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrado a seguir:

#### Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) reportado

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa líquido gerado nas operações	48.479	6.338
Custo de obra	4.525	1.987
<b>Geração operacional de caixa</b>	<b>53.004</b>	<b>8.325</b>

### Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) reportado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pagamento de principal de financiamentos	111.302	14.283
Pagamento de juros e encargos sobre financiamentos	8.716	5.292
<b>Serviço da dívida</b>	<b>120.018</b>	<b>19.575</b>
<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD</b>	<b>0,4416</b>	<b>0,4253</b>

Em 2020 a Companhia optou por fazer a segregação do custo de construção da demonstração de fluxo de caixa, e em virtude deste tratamento, acabou-se por não considerar esse item na composição do cálculo do ICSD. Por esse motivo, a Companhia retifica a apresentação do ICSD de 2020 sem prejuízo as deliberações realizadas com base nesse índice. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi de 0,3276, e o valor retificado e correto é de 0,4253.

### Considerando expurgo do processo de refinanciamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa líquido gerado nas operações	48.479	6.338
(-) expurgo indenização prestadores de serviços	-	29.286
Custo de obra	5.176	1.987
<b>Geração operacional de caixa</b>	<b>53.655</b>	<b>37.611</b>
Pagamento de principal de financiamentos	111.302	14.107
Pagamento de juros e encargos sobre financiamentos	8.716	5.243
(-) expurgo juros ref. refinanciamento da dívida	(2.203)	-
(-) expurgo principal ref. refinanciamento da dívida (a)	(94.260)	-
<b>Serviço da dívida</b>	<b>23.556</b>	<b>19.350</b>
<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD</b>	<b>2,2778</b>	<b>1,9437</b>

- (a) Em 2021 foi concluído o processo de remodelagem das principais linhas de financiamento da Companhia. O processo de remodelagem consistiu em uma profunda análise do cenário macro econômico e das oportunidades encontradas no mercado para otimizar e dar eficiência para a estrutura financeira da companhia e maior compatibilização com a curva de reajuste do Contrato de Concessão. O efeito de substituição de dívida pode ser entendido como o valor total liquidado dos financiamentos (BDMG e BNDES) através da captação direta de novos financiamentos.

A movimentação dos financiamentos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2020	Principal			Juros e encargos			31/12/2021
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	4.341	-		(3.380)	344	(162)	(1.143)	-
BDMG	2.891	-		(2.713)	82	-	(259)	-
BDMG	38.182	-		(37.845)	2.430	-	(2.767)	-
BDMG	17.772	-		(18.548)	957	-	(181)	-
BDMG	-	75.000	(2.197)	-	1.904	-	(895)	73.812
BNDES	37.846	-		(38.093)	2.163	-	(1.916)	-
BNDES	10.162	-		(10.335)	538	-	(366)	-
HP FINANCIAL	172	-		(46)	16	-	(16)	126
HP FINANCIAL	542	-		(141)	43	-	(43)	399
	<b>111.908</b>	<b>75.000</b>	<b>(2.197)</b>	<b>(111.101)</b>	<b>8.477</b>	<b>(162)</b>	<b>(7.586)</b>	<b>74.339</b>

Instituição financeira	31/12/2019	Principal		Juros e encargos			31/12/2020
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	8.403	-	(3.000)	602	(197)	(1.467)	4.341
BDMG	4.628	-	(1.667)	183	-	(252)	2.891
BDMG	39.643	-	(3.135)	3.069	-	(1.395)	38.182
BDMG	-	17.600	(238)	678	-	(268)	17.772
BNDES	39.387	-	(3.234)	2.820	-	(1128)	37.846
BNDES	12.811	-	(2.644)	669	-	(674)	10.162
HP FINANCIAL	225	-	(47)	21	-	(15)	183
HP FINANCIAL	683	-	(141)	33	-	(44)	531
	<b>105.780</b>	<b>17.600</b>	<b>(14.107)</b>	<b>8.076</b>	<b>(197)</b>	<b>(5.294)</b>	<b>111.908</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2023	9.890
2024	8.866
2025	8.624
2026	8.577
Acima de 2026	35.835
	<b>71.792</b>

#### 14 DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirográfica, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviram de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia.

A operação terá carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Movimentação Debêntures	31/12/2021		
	Valor Principal e Juros	(-) Amortização Principal e juros	Total
Debêntures emitidas	60.000	-	60.000
Pagamento principal	-	-	-
Juros contrato	1.097	-	1.097
Amortização juros contrato	-	(1.097)	(1.097)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>61.097</b>	<b>(1.097)</b>	<b>60.000</b>
Custo com emissão debentures	Valor Incorrido	Valor a apropriar	Custo total
Custo com emissão debêntures	(3.007)	116	(2.891)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.007)</b>	<b>116</b>	<b>(2.891)</b>
<b>Total</b>	<b>58.090</b>	<b>(981)</b>	<b>57.109</b>
Circulante (Principal)			5.656
Circulante (Custo emissão debentures)			(468)
			<b>5.188</b>
Não circulante (Principal)			54.344
Não circulante (custo emissão debentures)			(2.423)
			<b>51.921</b>

## 15 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTA

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas perfazem o valor de R\$ 620 (R\$ 713 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas nos períodos de 2021 e de 2020, pode ser assim demonstrada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.074</b>
Adições	-
Baixas	(361)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>713</b>
Adições	-
Baixas	(93)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>620</b>

A Companhia possui ações de natureza trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo aproximado é de R\$ 134 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2020).

## 16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias. No dia 15 de abril de 2020 foram subscritas 11.700.000 novas ações ordinárias com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 11.700 integralizadas em espécie pela única acionista da Companhia, a Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia apresenta o valor total de R\$ 31.700, representado por 31.700.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Acionistas						
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	<b>31.700.000</b>	<b>31.700.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>31.700.000</b>	<b>31.700.000</b>	<b>100,00%</b>

## Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Período	Natureza da remuneração	Data do ato societário	Período-base de apuração	Data do pagamento	Valor bruto	Valor líquido	Ações vigentes	R\$/ação bruto	R\$/ação líquido
2T21	Juros sobre capital próprio	10 de junho, 2021	PL de 31 de março, 2021	17 de junho, 2021	1.205	1.024	31.700	0,038	0,032
2T21	Dividendos intercalares	10 de junho, 2021	PL de 30 de dezembro, 2019	24 de junho, 2021	4.087	4.087	20.000	0,204	0,204
3T21	Juros sobre capital próprio	27 de setembro, 2021	PL de 30 de setembro, 2021	28 de setembro, 2021	2.855	2.426	20.000	0,143	0,121
3T21	Dividendos intercalares	27 de setembro, 2021	PL de 31 de dezembro, 2019	28 de setembro, 2021	1.263	1.263	20.000	0,063	0,063
4T21	Dividendos intercalares	27 de outubro, 2021	PL de 31 de dezembro, 2019	28 de outubro, 2021	39.000	39.000	20.000	1,950	1,950
4T21	Juros sobre capital próprio	27 de outubro, 2021	PL de 30 de novembro, 2021	23 de dezembro, 2021	1.059	900	20.000	0,053	0,045
4T21	Dividendos intercalares	27 de outubro, 2021	PL de 31 de dezembro, 2019	23 de dezembro, 2021	3.848	3.848	20.000	0,192	0,192
<b>Total</b>					<b>53.316</b>	<b>52.549</b>			

Em 27 de outubro de 2021 foi constituída provisão de dividendos a pagar no montante R\$ 64.000 para o acionista. Todos os pagamentos de remuneração a título de dividendos e juros sobre capital próprio feitos desde essa data foi consumido do saldo provisionado, restando saldo a pagar no montante de R\$ 26.454 no passivo circulante a ser liquidado no prazo de até 180 dias conforme deliberado em assembleia.

A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio está demonstrada no quadro abaixo:

Natureza	Valor bruto
Juros sobre capital próprio	(5.118)
Dividendos intercalares (Cancelado)	1.059
Dividendos Intercalares	(69.350)
Constituição dividendos mínimo obrigatório	(6.361)
	<b>(79.770)</b>

## Reserva de lucros

### Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

## 17 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Numerador		
Resultado líquido do período	26.784	(1.310)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
<b>Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária</b>	<u>0,84</u>	<u>(0,04)</u>

## 18 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de operação	86.260	80.214
Receita de remuneração do ativo da concessão	39.576	33.262
Receita de construção (a)	5.176	2.317
Outras receitas	2	243
<b>Receita bruta</b>	<u>131.014</u>	<u>116.036</u>
PIS	(2.042)	(1.919)
COFINS	(9.465)	(8.839)
ISSQN	(6.498)	(5.802)
<b>Impostos sobre serviços</b>	<u>(18.004)</u>	<u>(16.560)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>113.010</u>	<u>99.476</u>

(a) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.

## 19 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Materiais e serviços de concessão	(45.722)	(46.392)
Materiais e serviços de obra	(4.525)	(1.987)
Gasto com pessoal	(8.793)	(4.852)
Serviços de terceiros	(4.411)	(2.968)
Materiais	(947)	(2.285)
Despesa tributária	(93)	(942)
Aluguéis	(277)	(46)
Depreciação e amortização	(589)	(236)
	<u><b>(65.358)</b></u>	<u><b>(59.708)</b></u>
Custo de serviço prestado	(51.841)	(50.815)
Despesas gerias e administrativas	(13.516)	(8.893)

## 20 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O valor das outras receitas e despesas operacionais apresentado na demonstração do resultado é composto como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Distrato Vivante S.A. (a)	-	(8.508)
Distrato Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda (a)	-	(20.779)
Constituição / Estorno de Provisões	-	(3.732)
Outras receitas operacionais	774	1.393
Outras despesas operacionais	(114)	(323)
	<u><b>660</b></u>	<u><b>(31.949)</b></u>

(a) A OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. promoveu a compra das participações acionárias da Companhia detidas pelas empresas Vivante S.A. e Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, conforme mencionado na nota explicativa 1, que por sua vez, prestavam serviços de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais e vigilância e segurança privada, respectivamente. Houve desta forma, um distrato pela cessão do contrato de prestação de serviços, para os quais foram pagos valores a título de indenização.

## 21 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	315	449
Atualização monetária	-	203
Outras receitas financeiras	164	236
	<u><b>479</b></u>	<u><b>888</b></u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(9.964)	(8.013)
Juros sobre arrendamentos	(33)	(108)
Outras despesas financeiras	(660)	(456)
	<u>(10.657)</u>	<u>(8.577)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(10.178)</u>	<u>(7.689)</u>

## 22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Ativo</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa - IR / CSLL	1.715	2.581
Provisão para riscos trabalhistas	232	607
	<u>1.947</u>	<u>3.188</u>
<b>Passivo</b>		
Diferimento de receita	(35.931)	(29.375)
Resultado não-realizados de contratos com órgãos públicos	(471)	(1.132)
	<u>(36.402)</u>	<u>(30.507)</u>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita (ii)	<u>(34.455)</u>	<u>(27.319)</u>

O ativo fiscal diferido será utilizado entre 1 e 2 anos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	38.133	130
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	<u>(12.965)</u>	<u>(44)</u>
Constituição de prejuízo fiscal	1.715	2.581
Adições / Exclusões permanentes	(99)	(3.977)
Efeito diferimento receita, outros líquidos	<u>1.616</u>	<u>(1.396)</u>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados</b>	<u>(11.349)</u>	<u>(1.440)</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(4.213)	-
Diferido	(7.136)	(1.440)
	<u>(11.349)</u>	<u>(1.440)</u>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>29,76%</b>	<b>0,00%</b>

### 23 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	<u>Relação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Passivo circulante</b>			
<i>Obrigações trabalhistas</i>			
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	Funcionário	-	61
		<u>-</u>	<u>61</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, que afetaram a demonstração do resultado:

	<u>Custo dos serviços prestados</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vivante S.A. (i)	-	(996)
Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. (ii)	-	(4.786)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (iii)	(2.724)	-
	<u>(2.724)</u>	<u>(5.782)</u>

- (i) Total incorrido com prestação de serviços de operação e manutenção de infraestrutura e equipamentos médicos hospitalares, operação de central de telefonia, administração de serviços, gestão de patrimônio e fiscalização das instalações de infraestrutura do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro. As condições financeiras e comerciais das transações com partes relacionadas são estipuladas entre as partes e seguem o padrão de mercado.
- (ii) Total incorrido com prestação de serviços de vigilância, limpeza, rouparia, serviços administrativos e instalação de equipamentos de CFTV. As condições financeiras e comerciais das transações com partes relacionadas são estipuladas entre as partes e seguem o padrão de mercado.
- (iii) Total incorrido com prestação de serviços de administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo e despesas compartilhadas que são contratadas pela holding (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido.

## Dividendos a pagar

No encerramento do exercício de 2021, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 6.361.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
<b>Saldo início do período</b>	-	-
Dividendos Intercalares	69.350	-
Dividendos cancelados	(1.059)	-
Dividendos pagos	(48.198)	-
Constituição dividendos mínimo obrigatório	6.361	-
<b><u>Saldo Final do período</u></b>	<b><u>26.454</u></b>	<b><u>-</u></b>

## Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$ 1.276 e R\$ 1.684 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

## 24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2021			Valor Justo
	Valor Contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	5.433	6.639	1.206
Aplicações financeiras	-	676	676	-
Contas a receber de clientes	-	9.616	9.616	-
Ativo financeiro	-	259.842	259.842	-
	<b>1.206</b>	<b>275.566</b>	<b>276.772</b>	<b>1.206</b>
<b>Passivos</b>				
Financiamentos	-	74.338	74.338	-
Debentures	-	57.109	57.109	-
Fornecedores	-	11.372	11.372	-
	-	<b>142.819</b>	<b>142.819</b>	-
	31/12/2020			Valor Justo
Valor Contábil				
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	245	2.815	3.060	245
Aplicações financeiras	-	759	759	-
Contas a receber de clientes	-	9.306	9.306	-
Ativo financeiro	-	250.378	250.378	-
	<b>245</b>	<b>263.258</b>	<b>263.503</b>	<b>245</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos	-	111.908	111.908	-
Fornecedores	-	9.526	9.526	-
	-	<b>121.434</b>	<b>121.434</b>	-

## 25 GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

## Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

### (a) Risco de mercado

#### Exposição ao risco de taxas de juros

##### Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

##### Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 13).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Aplicações financeiras - Letras do Tesouro	-	6.338
Ativo financeiro	259.842	250.379
<i>Passivos</i>		
Financiamentos	(526)	(10.876)
<b>Exposição líquida a taxas de juros pré-fixadas</b>	<b><u>259.316</u></b>	<b><u>245.841</u></b>
<u>Exposição a taxas de juros pós-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	-	2.815
<i>Passivos</i>		
Financiamentos	(133.812)	(101.032)
<b>Exposição líquida à taxas de juros pós-fixada</b>	<b><u>(133.812)</u></b>	<b><u>(98.217)</u></b>
<b>Exposição líquida total a taxas de juros</b>	<b><u>125.504</u></b>	<b><u>147.624</u></b>

#### Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

**Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2021;

**Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 17 de janeiro de 2022, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP.

**Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majoradas em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Risco	30/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Variação CDI	0,0876	0,0876	0,0438	0,0657	0,1095	0,1314
Variação TJLP	0,0532	0,0532	0,0266	0,0399	0,0665	0,0798
Variação IPCA	0,1067	0,1067	0,05335	0,0800	0,1334	0,1601
Variação SELIC	0,0925	0,0925	0,04625	0,0694	0,1156	0,1388

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos Financeiros	31/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Variação CDI	5.433	5.433	5.195	5.314	5.552	5.671
	5.433	5.433	5.195	5.314	5.552	5.671
Efeito de ganho (perda)	-	-	238	119	(119)	(238)
Passivos Financeiros	31/12/2021	Período até 31 de dezembro de 2022				
Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Variação TJLP	-	-	-	-	-	-
Variação IPCA	60.000	60.000	56.799	58.400	61.601	63.201
Variação SELIC	73.812	73.812	70.398	72.105	75.519	77.226
	133.812	133.812	127.197	130.505	137.119	140.427
Efeito de ganho (perda)	-	-	6.615	3.307	(3.307)	(6.615)
Efeito de ganho (perda), líquido	-	-	6.853	3.426	(3.426)	(6.853)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 10,75% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

## (b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

### (c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

## 26 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

Seguradora	Categoria	31/12/2021 Apólice	Vigência	Valor
Fair Fax Seguros S/A	Risco Operacional	'028522021001901960002786	dez/2021 a dez/2022	476.965
Axa Seguros S/A	Resp. Civil Seguro e	028522021001903510007234	dez/2021 a dez/2022	30.000
Junto Seguros S/A	Garantia	000000000000507750287352	mar/2021 a mar/2022	24.000

### Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais conforme cláusula 19 (item 19.1 e 19.1.1) do contrato de concessão, para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. A apólice de seguro que atua em favor desta garantia possui atualmente cobertura de R\$24.000, e é atualizada anualmente no mês de março pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação).

## 27 OUTROS ASSUNTOS

Em função dos impactos macroeconômicos e sociais advindos da pandemia da COVID-19, a Companhia informa que vem preparando projeções de fluxo de caixa com atualizações semanais, bem como promovendo o monitoramento constante de suas posições de contas a receber e contas a pagar. Além disso, a Administração da Companhia acompanha atentamente possíveis oportunidades para realização de parcelamentos ou suspensão temporária de obrigações fiscais, trabalhistas e financeiras, caso seja necessário, respeitando as legislações divulgadas nesse sentido pelas autoridades de Governo. Até o momento da emissão destas demonstrações financeiras, foram postergados os pagamentos de tributos de acordo com a legislação provisória homologada no período, tais como FGTS, INSS, PIS e COFINS.

## 28 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENCIA DE CAIXA

A companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de imobilizado com parcelamento	-	856

## 29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2022, foi deliberado em assembleia geral de titulares dos certificados de recebíveis imobiliários das séries 319° e 353° a substituição da conta reserva do banco Itaú, e do fundo de reserva do CRI, por fiança bancária a ser prestada por banco de primeira linha. Desta forma, as matérias discutidas foram aprovadas, resultando em liberação de caixa no montante de R\$ 1.101 (Um milhão, cento e um mil reais) para livre movimentação.

## 30 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 25 de fevereiro de 2022.

---

### DIRETOR PRESIDENTE

Alan Brener

### DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

### CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes  
Contador - CRC 286.064/O-3